

ALEGADA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE RECLUSAS: Resultados do inquérito conhecidos a 7 de Julho

22 DE Junho de 2021



A COMISSÃO de inquérito criada para averiguar alegados casos de exploração sexual de reclusas no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres, antiga Cadeia Feminina de Ndlavela, deve apresentar o seu relatório até ao dia 7 de Julho.

A informação foi avançada ontem por Sinai Nhatitima, presidente desta equipa de trabalho, composta por dez membros de diferentes instituições públicas e privadas ligadas ao ramo da justiça no país.

Na apresentação da composição da comissão, Sinai Nhatitima disse à imprensa que o seu trabalho irá decorrer nos dias normais de expediente, daí que a contagem dos 15 dias estabelecidos para esta missão, com efeitos a partir do dia 16 de Junho corrente, se prolongarem até 7 de Julho.

Para além de Nhatitima, Juiz Conselheiro Jubilado do Tribunal Administrativo (presidente), a Comissão de inquérito integra Justino Tonela (vice-presidente); Elisa Samuel Boerkamp; Jorge Rogério Nicolau Ferreira e José Roberto Cumbane, estes quatro últimos representantes do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Fazem ainda parte da comissão Raul Afonso, do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC); Rosa Silveira Costley White, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; Firoza Zacarias, da Ordem dos Advogados de Moçambique; Eulália Teresa Ofumane, da Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica e Maria Sabata da Graça Júlio, representante da Igreja Anglicana.

Esta equipa de trabalho tem o mandato de investigar e apurar as alegações divulgadas pelo Centro de Integridade Pública (CPI), envolvendo agentes da guarda penitenciária no alegado esquema de exploração sexual de reclusas da antiga cadeia feminina.

Na denúncia, o CIP indica, entre outros aspectos, que cada reclusa entregue a um “cliente”, os guardas recebiam valores monetários que variam de três mil a trinta mil meticais. Refere que as reclusas usadas na rede de prostituição gozam de tratamento privilegiado na cadeia e as que se recusam a aderir à rede são seviciadas, acabando a maioria por ceder.

Caso se confirmem os factos, a equipa vai proceder o mapeamento do fenómeno no estabelecimento penitenciário, apurar os responsáveis pela exploração sexual das reclusas, bem como propor soluções e alternativas capazes de humanizar o sistema penitenciário em geral e reforçar, em particular, a protecção, segurança e promoção dos direitos das mulheres em conflito com a lei.

A comissão vai apresentar recomendações sobre medidas a tomar, designadamente no que respeita à organização e funcionamento dos serviços penitenciários e a forma de relacionamento com as organizações da sociedade civil.

A comissão de inquérito tem ainda o mandato de sugerir acções tendentes à abertura de processos de índole criminal e disciplinar dos envolvidos.

<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/102549-alegada-exploracao-sexual-de-reclusas-resultados-do-inquerito-conhecidos-a-7-de-julho>